

GABRIEL RAMOS

STOCK OPTIONS

A tributação da renda e
previdenciária dos planos
de compra de ações

Apresentação:

Luiz Alberto Gurgel de Faria

Prefácio:

Robson Maia Lins

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro

2026

Sumário

Prefácio	XIII
apresentação.....	XVII
Introdução	1
(A) Histórico do instituto das Stock Options	1
(B) Delimitação do problema.....	10
Capítulo 1	
Stock options.....	15
1.1. Conceito de Stock Options no presente trabalho	15
1.2. Etapas de um plano de compra de ações	19
1.2.1. Aprovação do Plano	19
1.2.2. Concessão do Plano	20
1.2.3. Data de início do serviço.....	21
1.2.5. Período de carência.....	22
1.2.6. Período de exercício	24
1.2.7. Período de inalienabilidade.....	25
1.3. Principais modalidades de planos de compra de ações.....	26
1.3.1. Stock Options Plan	26
1.3.2. Employee Stock Purchase Plans.....	29
1.3.3. Restricted Stock Units	30
1.3.4. Performance Share Plans	32
1.3.5. Phantom Stock Shares	32
Capítulo 2	
A Normatização jurídica e contábil do instituto das stock options	35
2.1. A normatização contábil internacional do instituto e sua relevância	35
2.1.1. Accounting Research Bulletin 43	36
2.1.2. Tax Reform Act of 1969.....	36

2.1.3. Accounting Principles Board 25	38
2.1.4. Tax Reform Act of 1976	38
2.1.5. Statement of Financial Accounting Series 123	39
2.1.6. International Financial Reporting Standard 2	39
2.1.7. Statement of Financial Accounting Series 123 Revised	40
2.2. A normatização jurídica e contábil nacional do instituto	40
2.2.1. Lei 4.728/1965	41
2.2.2. Lei 6.404/1976	41
2.2.3. Deliberação CVM 371/2000	42
2.2.4. Instrução CVM 390/2003	43
2.2.5. Lei 11.638/2007	43
2.2.6. Pronunciamento Técnico CPC 10	44
2.2.7. Lei nº 12.793/2014	46
2.3. A interdisciplinaridade entre as normas contábeis e jurídicas das Stock Options e sua relevância para o presente trabalho	49
Capítulo 3	
A impropriedade da presunção de remuneração nas Stock options	57
3.1. Presunções e ficções jurídicas	57
3.2. A suposta presunção de remuneração nos planos de compra de ações e a impossibilidade de aplicação dessa tese	62
Capítulo 4	
A natureza jurídica das Stock options	69
4.1. O conceito de “remuneração” para fins jurídicos	69
4.2. A natureza jurídica das Stock Options	74
4.3. Conclusões parciais	80
Capítulo 5	
As Stock options e o Imposto de renda da Pessoa Física (IRPF) 83	
5.1. A regra-matriz de incidência tributária (RMIT) do Imposto de Renda da Pessoa Física	83
5.1.1. O critério material da RMIT do Imposto de Renda da Pessoa Física	88

5.1.2. O critério temporal da RMIT do Imposto de Renda da Pessoa Física.....	105
5.1.3. O critério quantitativo da RMIT do Imposto de Renda da Pessoa Física.....	107
5.2. A incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física nas Stock Options	110
Capítulo 6	
As Stock options e a contribuição previdenciária patronal	121
6.1. As contribuições sociais.....	124
6.1.2. A contribuição previdenciária patronal.....	130
6.1.2.1. A regra-matriz de incidência tributária (RMIT) da contribuição previdenciária patronal.....	133
6.1.2.2. O critério material da RMIT da contribuição previdenciária patronal	139
6.1.2.3. O critério temporal da RMIT da contribuição previdenciária patronal	145
6.1.2.4. O critério quantitativo da RMIT da contribuição previdenciária patronal	150
6.2. A incidência da contribuição previdenciária patronal nas Stock Options.....	152
Capítulo 7	
O julgamento do tema nº 1226 no STJ	163
7.1. Síntese do entendimento do Superior Tribunal de Justiça no Tema nº 1.226/STJ	165
7.2. Análise crítica do entendimento do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Tema nº 1.226/STJ	169
Conclusões	173
Referências bibliográficas	179